



Governança dos oceanos

O Parlamento Europeu (PE) aprovou um relatório, do Deputado José Inácio Faria, sobre a **governança dos oceanos**, que inclui propostas para alcançar as metas de conservação e utilização sustentável dos oceanos, mares e recursos marinhos.

ver pág.5

Propaganda Russa

Os Deputados Europeus fizeram soar o alarme sobre a influência da **propaganda russa** nos países da UE e sugeriram o fortalecimento de uma equipa de comunicação estratégica da UE, num debate no Parlamento Europeu.

ver pág.10

Crianças e Divórcios

Os Deputados colocaram as **crianças** no centro das suas preocupações, ao adoptarem as suas propostas para mudar as leis da UE sobre a resolução de **disputas internacionais de divórcio**.

ver pág.10

em destaque:

Renováveis e eficiência energética

Os Eurodeputados aprovaram uma quota de pelo menos **35% de energias provenientes de fontes renováveis** no consumo final bruto de energia até 2030. O objetivo vinculativo de eficiência energética foi também fixado em 35%.

O Parlamento Europeu (PE) aprovou a sua posição sobre as propostas legislativas relativas às energias renováveis, à eficiência energética e à governação da União da Energia, incluídas no pacote "**Energia Limpa**". Esta votação abre caminho às negociações com o Conselho da União Europeia (UE), onde estão representados os Estados-Membros, para se chegar a um acordo sobre a legislação final.

O PE propõe metas mais ambiciosas do que a Comissão Europeia, como uma quota de pelo menos 35% de energias provenientes de fontes renováveis no consumo final bruto de energia até 2030, em vez de 27%, juntamente com metas nacionais a fixar pelos Estados-Membros, e um objetivo vinculativo de eficiência energética de 35%, em vez de 30%.

As negociações entre o PE e o Conselho vão começar brevemente, tendo em vista chegar a um acordo sobre a versão final dos três textos legislativos.

ver pág. 7

Índice

A criação de um futuro melhor ainda inspira a UE, diz Primeiro-Ministro irlandês.....	3
Parlamento Europeu quer interdição da pesca elétrica.....	3
Medidas para melhorar a governação dos oceanos.....	5
Energia: Parlamento Europeu fixa novas metas para renováveis e eficiência energética.....	7
A UE precisa aumentar sua resiliência à propaganda russa.....	10
Melhor proteção para crianças em disputas internacionais de divórcio.....	12
Ordem da sessão.....	14

Siglas dos Grupos Políticos:

PPE- Partido Popular Europeu
S&D- Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas
ALDE- Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa
Verdes/ALE- Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia
CRE- Conservadores e Reformistas Europeus
CEUE/EVN- Confederação da Esquerda Unitária Europeia / Esquerda Verde Nórdica
ELDD- Europa da Liberdade e da Democracia Directa
ENF- Europa das Nações e da Liberdade

Responsável: Fernando Vaz das Neves

Fontes:

- *Serviço de Imprensa do PE*
- *Serviço de Imprensa do GEPSD*
- *site www.carloscoelho.eu*

A criação de um futuro melhor ainda inspira a UE, diz Primeiro-Ministro irlandês

O primeiro-ministro da Irlanda, Leo Varadkar, foi o primeiro líder europeu a participar num ciclo de debates no Parlamento Europeu sobre o futuro da Europa.

Ao dar as boas-vindas ao primeiro-ministro irlandês, o presidente do Parlamento Europeu, Antonio Tajani, disse: *“Insisti, desde o dia em que fui eleito, há exatamente um ano, na importância de tornar a Europa mais próxima dos cidadãos, que esperam que cheguemos a soluções para a criação de emprego, a gestão dos fluxos migratórios e para o reforço da segurança e da defesa. Uma discussão aberta entre os eurodeputados e os líderes europeus abre caminho a um diálogo crucial, que irá beneficiar os cidadãos em todo o continente. Coloca o Parlamento Europeu - a única instituição eleita diretamente pelos cidadãos - onde deve estar, no coração do debate sobre o futuro da Europa”*.

Leo Varadkar disse que *“o ideal europeu sempre foi inspirado pelo otimismo e pela crença num futuro melhor. Esse ideal foi posto à prova, mas não quebrou. Com base nos sucessos do passado, temos um apetite renovado para fazer face aos desafios do futuro”*.

Durante a sua intervenção, o primeiro-ministro irlandês destacou a necessidade de melhorar a democracia na UE através de listas transnacionais, de completar a União Económica e Monetária e de assegurar que as grandes empresas pagam os impostos onde são devidos. Leo Varadkar agradeceu o apoio dos eurodeputados em relação às negociações do Brexit, sublinhando que o que é prometido em teoria deve ser executado na prática.

Intervenções de Eurodeputados Portugueses:

Carlos Coelho (PPE) *“O Parlamento Europeu organiza um conjunto de debates sobre o futuro da Europa com personalidades destacadas. Esta iniciativa é bem-vinda, mas as instituições precisam concentrar esforços na tomada célere de decisões estruturantes para os próximos anos. Acompanho, genericamente, a visão de Leo Varadkar sobre os principais desafios para o futuro. No que respeita ao Brexit, subscrevo na íntegra a necessidade de salvaguardar os Acordos de Sexta-feira Santa, integrando este compromisso em qualquer acordo de saída ou de futuras relações UE-Reino Unido. Concordo com a proposta de partir da Cooperação Estruturada Permanente, agora lançada, para uma integração mais profunda na Defesa, para combater desafios comuns como a cibersegurança ou o tráfico de droga e armas. Partilho o entendimento da necessidade de aprofundar o Mercado Interno, construindo um Mercado Único Digital que compreenda a dimensão dos serviços financeiros. Neste aspecto, saúdo o compromisso do Taoiseach no sentido da defesa de uma maior integração no plano fiscal, para combater à fraude e evasão. Embora não perspetive um alargamento para breve, acompanho o entendimento da necessidade de aprofundar as relações com a vizinhança, designadamente com países dos balcãs. Subscrevo o alerta para a necessidade de rapidez na construção do novo Sistema Comum de Asilo”*.

Parlamento Europeu a favor da interdição da pesca elétrica

Os eurodeputados defenderam que a utilização de redes de arrasto com impulsos elétricos deve ser banida na União Europeia (UE), tendo em conta os seus efeitos sobre o meio marinho e as espécies.

A proposta votada no Parlamento Europeu (PE) inclui medidas técnicas que regulam o que se pode pescar, como, com o quê, quando e onde, ou seja, os diferentes métodos de pesca,

as restrições espaço-temporais, as espécies proibidas e as medidas destinadas a proteger os ecossistemas vulneráveis.

Uma emenda opondo-se à utilização de redes de arrasto com impulsos elétricos foi aprovada em plenário por 402 votos a favor, 232 contra e 40 abstenções.

O texto aprovado estabelece regras sobre o formato e outras características técnicas das artes de pesca e sobre a sua utilização. Inclui igualmente disposições sobre as características das capturas, como os tamanhos mínimos dos peixes.

O objetivo é limitar as capturas indesejadas de peixes juvenis ou de espécies que não são o objetivo da pescaria e reduzir os impactos das pescas nas espécies e nos ecossistemas vulneráveis.

A simplificação das medidas técnicas, atualmente dispersas por mais de 30 textos legislativos, e a regionalização estão entre os aspetos centrais da proposta, que visa criar a flexibilidade necessária para adaptar as medidas às especificidades das diferentes pescarias através de um processo de decisão regionalizado.

Próximos passos

A proposta terá ainda de ser negociada com o Conselho da UE (Estados-Membros) com vista a alcançar um acordo sobre a legislação final.

Intervenções de Eurodeputados Portugueses

Ricardo Serrão Santos (S&D) *“Senhor Presidente, antes de mais quero felicitar o relator e os relatores-sombra pelo difícil trabalho e reconhecimento que há aqui, de facto, elementos de muita rotura.*

Mas deixe-me ser claro, Senhor Comissário, o meu ponto de fratura com a Comissão Europeia no contexto deste dossiê está baseada no artigo 4.º. Apoio o compromisso atingido. Na minha perspetiva, uma solução única para todas as pescarias europeias não é técnica, nem politicamente, razoável. A possibilidade de uma decisão diferenciada em diálogo com os concelhos regionais é um passo importante e sensato, e pacificamente pacificadora, e não fere a PCP, antes pelo contrário. Pode, aliás, criar credibilidade à PCP em relação ao lado mau do mito urbano e das desconfianças em relação a decisões demasiado centralizadas.

Outro aspeto - a captura accidental de espécies sensíveis - tem de ser reduzida e foi com desagrado que vi as minhas propostas de medidas para a sua redução serem reprovadas em comité. Por isso, regresso para reforçar a proteção de espécies sensíveis como mamíferos marinhos, incluindo pinípedes”.

João Ferreira (CEUE/EVN) *“Senhor Presidente, não obstante as promessas feitas aquando da última reforma da política comum das pescas, esta continua a ser uma política fortemente centralizada, que ignora a diversidade que caracteriza o sector ao nível das frotas dos recursos e das pescarias.*

A mirífica regionalização vem redundando numa mão cheia de nada. Continuamos a ter uma política desfasada da realidade que vem criando dificuldades sobretudo ao segmento da pesca de pequena escala, costeira e artesanal.

Esta proposta de regulamentação vem confirmá-lo uma vez mais. É sintomático que a maior permissividade que vemos surgir nesta proposta de regulamentação, beneficie fundamentalmente certos segmentos da pesca industrial de países do norte da Europa. Já para a pesca de pequena escala, com fortíssima prevalência em países como Portugal, sobram medidas que mais não fazem do que agravar um muito sério problema de rendimentos cujas causas, consequências e a necessária superação a União Europeia parece desprezar”.

Parlamento Europeu propõe medidas para melhorar a governação dos oceanos

O Parlamento Europeu (PE) aprovou um relatório sobre a governação dos oceanos, que inclui propostas para alcançar as metas de conservação e utilização sustentável dos oceanos, mares e recursos marinhos fixadas na Agenda 2030 da ONU para o Desenvolvimento Sustentável. O relatório aborda questões como o lixo marinho, a sobrepesca, a extração de petróleo e gás, as emissões de CO2 do transporte marítimo, a economia azul e a investigação científica marinha, entre outras.

O eurodeputado José Inácio Faria, relator da comissão parlamentar do Ambiente, considera que *“a aprovação deste documento será essencial para consolidar a liderança da União Europeia no estabelecimento de uma governação internacional dos oceanos eficaz, integrada e ambiciosa”*.

O relatório, aprovado em plenário por 558 votos a favor, 25 contra e 83 abstenções, destaca o papel dos mares e oceanos como fonte de alimentos, energia, mobilidade, medicamentos e lazer, mas também como o maior aliado na luta contra as alterações climáticas.

“Esse potencial socioeconómico e esse papel de regulador climático global apenas se manterão se os ecossistemas marinhos forem preservados no que respeita à degradação ambiental, à sobrepesca, às alterações climáticas (nomeadamente em termos de acidificação e aquecimento da água) e à poluição”, afirmou José Inácio Faria.

O relator destaca a ameaça que as mais de 100 milhões de toneladas de resíduos de plástico e microplásticos representam para a saúde dos oceanos de todo o Mundo, apelando a um ambicioso pacote de medidas relativas à economia circular com objetivos de redução desses resíduos marinhos na União Europeia de 30% e 50% em 2025 e 2030 e à proibição de utilização de ingredientes microplásticos em todos os produtos de higiene pessoal.

O eurodeputado português exorta a Comissão Europeia a incentivar os Estados-Membros a porem termo à subvenção de licenças de prospeção e de exploração mineira em zonas situadas além das suas jurisdições nacionais e à concessão de autorizações para a exploração mineira nas suas plataformas continentais.

O PE defende que *“não deve ser permitida a exploração e extração de petróleo ou gás nas zonas marinhas protegidas (ZMP) ou na sua proximidade ou em locais vulneráveis de elevado valor em termos de conservação”*, salientando que *“as obrigações assumidas ao abrigo do Acordo de Paris tornam irrazoável e contraproducente a exploração de novas fontes de combustíveis fósseis, especialmente quando situadas em zonas ecologicamente vulneráveis”*.

Os eurodeputados consideram que a UE deve cooperar com parceiros internacionais a fim de conseguir uma transição justa para alternativas à perfuração ao largo e, assim, contribuir para o objetivo de uma economia hipocarbónica.

A Agenda 2030 da ONU para o Desenvolvimento Sustentável identificou a conservação e utilização sustentável dos oceanos como um dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 14). Os mares e os oceanos representam 70% da superfície do planeta e a água do mar representa 97% das suas águas.

José Inácio Faria foi o relator da comissão parlamentar do Ambiente e Cláudia Monteiro de Aguiar a relatora de parecer da comissão dos Transportes e do Turismo.

Intervenções de Eurodeputados Portugueses:

José Inácio Faria (PPE) *“Senhora Presidente, Senhor Comissário, caros colegas, os mares e oceanos representam 70% da superfície do planeta e a sua água cerca de 97% da água total mundial. Os mares fornecem alimentos, energia, mobilidade, medicamentos e lazer, e são fonte de crescimento económico. Os oceanos, juntamente com os recursos costeiros e marinhos, desempenham um papel essencial no bem-estar humano e no desenvolvimento económico e social em todo o mundo.*

De acordo com as estimativas da OCDE, as indústrias baseadas nos oceanos representam um valor acrescentado bruto à escala mundial de cerca de 1.3 mil milhões de euros, que poderá duplicar até 2030.

Os oceanos albergam igualmente uma biodiversidade rica, frágil e, em grande parte, por explorar, que oferece uma variedade de recursos e serviços ecossistémicos importantes. As economias marinhas e costeiras estão a desenvolver-se em todo o mundo, mas o seu sucesso depende de uma melhor sustentabilidade. Os oceanos desempenham ainda um papel fundamental na regulação do sistema climático, fornecem metade do nosso oxigénio, absorvem cerca de 25% das emissões de CO2 produzidas e redistribuem o calor por todo o planeta. Os oceanos são, na verdade, os nossos maiores aliados contra as alterações climáticas e foram incluídos no Acordo de Paris. No entanto, os nossos oceanos são extremamente vulneráveis à exploração excessiva, às alterações climáticas, como o aquecimento dos oceanos a nível mundial, à degradação ambiental, à acidificação da água devido às emissões resultantes de atividades humanas, à poluição e à diminuição da biodiversidade. Alguns destes desafios globais mais urgentes, incluindo as mudanças climáticas, a pobreza, alimentos seguros e suficientes para uma população projetada para chegar aos 9 mil milhões até 2050, só podem ser abordados eficazmente se os oceanos forem seguros, limpos e geridos de forma sustentável.

Para abordar todos estes desafios é necessária uma melhor governação internacional, a fim de reforçar os esforços a nível regional e global. Estes desafios foram reconhecidos a nível global tanto na cúpula Rio +20, como na Agenda 2030 da ONU para o desenvolvimento sustentável, que identificou a conservação e o uso sustentável dos nossos oceanos como um dos 17 objetivos de desenvolvimento sustentável e como parte de uma agenda altamente interconectada.

A Comunicação conjunta da Comissão Europeia e da Alta Representante, em 2016, sobre a governação internacional dos oceanos, que é parte integrante da resposta da União Europeia à Agenda 2030, baseou-se num largo consenso quanto à necessidade de reforçar o quadro de governação dos oceanos, reduzir as pressões sobre eles exercidas, explorá-los de forma sustentável e que, para tanto, seria necessário um maior conhecimento dos oceanos, propondo para esse efeito 50 ações para garantir oceanos seguros, limpos e geridos de forma sustentável na Europa e no mundo.

A governação internacional dos oceanos prende-se com três domínios de ação da União Europeia: o desenvolvimento sustentável, o crescimento e o emprego e a intervenção da União no mundo. Para a Europa a economia marítima e a competitividade internacional revestem, neste contexto, particular importância dado o estado cada vez mais preocupante dos oceanos e o impacto que neles têm as atividades humanas.

Num caso como noutro, o êxito da gestão constitui um desafio a vencer a nível mundial. A União e os Estados-Membros devem atuar mais firmemente e em conjunto. Este relatório, que vai ser votado amanhã, incentiva a Comissão a desenvolver parcerias no domínio dos oceanos com os principais intervenientes nesta matéria, enquanto meio para alcançar uma melhor governação internacional dos oceanos.

A forma como lidamos com os oceanos é crucial para a nossa sobrevivência como espécie e, em Malta, o Sr. Comissário Vella referiu, durante a Conferência “Our Ocean”, que os oceanos são o coração azul da Terra e que nos cabe a todos nós a tarefa de manter esse coração a bater. Cabe-nos agora a tarefa urgente de agir em defesa dos oceanos e de criar uma nova e ambiciosa governação internacional dos oceanos. E por tudo isto, caros Colegas, espero poder contar com o vosso voto favorável amanhã durante a votação”.

Carlos Coelho (PPE) *“Os oceanos juntamente com os recursos costeiros e marinhos, desempenham um papel essencial no bem-estar humano e no desenvolvimento económico e social em todo o mundo. São especialmente importantes para as pessoas que vivem nas comunidades costeiras e proporcionam meios de subsistência e benefícios no domínio do*

turismo, bem como rendimentos. O potencial socioeconómico dos oceanos apenas se manterá se os ecossistemas marinhos forem preservados no que respeita à protecção dos habitats e à atenuação dos impactos das alterações climáticas, nomeadamente em termos de acidificação e aquecimento da água. Por outro lado, o lixo marinho é outra das grandes ameaças com que os oceanos se vêm confrontados. O lixo marinho pode constituir uma das ameaças de crescimento mais rápido para a saúde dos oceanos no mundo. Torna-se, pois, necessária uma melhor governação internacional, com o objectivo de reforçar os esforços a nível regional e global. A criação de um quadro de governação internacional dos oceanos claro possibilitará a partilha de dados e a realização de acções coordenadas. Por isso apoio o excelente Relatório do colega José Inácio Faria”.

Energia: Parlamento Europeu fixa novas metas para renováveis e eficiência energética

Os eurodeputados aprovaram uma quota de pelo menos 35% de energias provenientes de fontes renováveis no consumo final bruto de energia até 2030. O objetivo vinculativo de eficiência energética foi também fixado em 35%.

O Parlamento Europeu (PE) aprovou a sua posição sobre as propostas legislativas relativas às energias renováveis, à eficiência energética e à governação da União da Energia, incluídas no pacote “*Energia Limpa*”. Esta votação abre caminho às negociações com o Conselho da União Europeia (UE), onde estão representados os Estados-Membros, para se chegar a um acordo sobre a legislação final.

O PE propõe metas mais ambiciosas do que a Comissão Europeia, como uma quota de pelo menos 35% de energias provenientes de fontes renováveis no consumo final bruto de energia até 2030, em vez de 27%, juntamente com metas nacionais a fixar pelos Estados-Membros, e um objetivo vinculativo de eficiência energética de 35%, em vez de 30%.

Energias renováveis

Os Estados-Membros devem, em conjunto, assegurar que a quota de energia proveniente de fontes renováveis no consumo final bruto de energia da UE seja de, pelo menos, 35% até 2030.

Para se alcançar a meta vinculativa global da UE para as renováveis, os Estados-Membros devem fixar metas nacionais, como parte dos seus planos nacionais integrados em matéria de energia e alterações climáticas previstos na proposta de regulamento sobre a governação da União da Energia.

Se a Comissão Europeia, com base na avaliação dos planos nacionais, concluir que os objetivos dos Estados-Membros são insuficientes para o cumprimento coletivo do objetivo global vinculativo da UE, os países com um objetivo inferior deverão aumentar o seu objetivo em conformidade.

Só em casos excepcionais, os países da UE poderão ser autorizados a desviar-se até um máximo de 10% do nível previsto da sua meta “*em casos devidamente justificados, mensuráveis e verificáveis, com base em critérios objetivos e não discriminatórios*”.

Em relação aos transportes, em 2030 a quota de energia proveniente de fontes renováveis deverá representar, pelo menos, 12% do consumo final de energia nos transportes nesse país, segundo as regras aprovadas pela assembleia europeia.

Os regimes de apoio à eletricidade produzida a partir de fontes de energia renováveis “*devem ser baseados no mercado, de forma a evitar a distorção dos mercados da eletricidade, e devem assegurar que os produtores tenham em conta a oferta e a procura de*

eletricidade, bem como eventuais custos de integração do sistema ou condicionalismos da rede”.

A posição do PE sobre as renováveis foi aprovada por 492 votos a favor, 88 contra e 107 abstenções e a posição sobre a governação da União da Energia por 466 votos a favor, 139 contra e 38 abstenções.

Eficiência energética

O PE estabeleceu um objetivo vinculativo de aumento mínimo da eficiência energética de 35% até 2030, em vez dos 30% propostos pela Comissão. As regras aprovadas pelos eurodeputados preveem o estabelecimento de objetivos e contribuições indicativos nacionais e preparam o caminho para novas melhorias após 2030.

Os Estados-Membros devem notificar a Comissão Europeia das respetivas contribuições como parte dos planos nacionais em matéria de energia e clima, como no caso das renováveis, acima mencionado.

Com cerca de 50 milhões de agregados familiares da UE afetados pela pobreza energética, as medidas de eficiência energética devem estar no cerne de qualquer estratégia rentável que vise combater a pobreza energética e a vulnerabilidade dos consumidores, salientou o PE, incluindo várias disposições nesse sentido.

O texto relativo à eficiência energética foi aprovado por 485 votos a favor, 132 contra e 58 abstenções.

Biocombustíveis e óleo de palma

Em 2030, a contribuição dos biocombustíveis *“não deve exceder a contribuição destes para o consumo final bruto de energia produzida a partir de fontes de energia renováveis, em 2017, nesse Estado-Membro, com um máximo de 7% de consumo final bruto nos transportes rodoviários e ferroviários”*, diz o PE.

A utilização de biocombustíveis produzidos a partir de óleo de palma, que contribui para a desflorestação, deve ser eliminada a partir de 2021, acrescenta.

Pontos de carregamento para os veículos elétricos

O PE quer que, até 31 de dezembro de 2022, 90% das estações de serviço nas estradas da rede transeuropeia (RTE-T de Base) estejam equipadas com pontos de carregamento de grande potência acessíveis ao público destinados a veículos elétricos.

Consumidores que produzem renováveis

O PE incluiu na proposta relativa às renováveis várias disposições sobre os consumidores e as comunidades que produzem energias renováveis. Estes têm o direito de consumir a eletricidade renovável de produção própria, que se circunscreve às suas instalações, *“sem serem sujeitos a qualquer encargo, taxa ou imposto”*. Têm também o direito de instalar e de operar sistemas de armazenamento de eletricidade combinados com instalações que produzam eletricidade renovável para autoconsumo sem serem sujeitos a tributação e dupla tributação da rede para a eletricidade armazenada, que se circunscreve às suas instalações.

Próximos passos

As negociações entre o PE e o Conselho vão começar brevemente, tendo em vista chegar a um acordo sobre a versão final dos três textos legislativos.

Intervenções de Eurodeputados Portugueses:

Carlos Coelho (PPE) *“As fontes de energia renovável (FER) contribuem para atenuar as alterações climáticas através da redução das emissões de gases com efeito de estufa, alcançar o desenvolvimento sustentável, proteger o ambiente e melhorar a saúde dos cidadãos. Além disso, as energias renováveis também estão a emergir como um fator impulsionador do crescimento económico inclusivo, criando emprego e reforçando a segurança energética em toda a Europa. Neste sentido, é necessário ser ambicioso e trabalhar em prol de uma energia limpa, segura, acessível a todos os cidadãos e criadora de empregos. Deve-se pois garantir que os Estados-Membros possam tomar decisões sobre a sua diversificação tecnológica, tendo em conta factores sociais, ambientais, geográficos e climáticos. Esta flexibilidade contribuirá para reduzir os custos de integração no sistema energético das energias renováveis. Por outro lado, deve-se não só permitir o desenvolvimento do autoconsumo, das comunidades produtoras e consumidores de energias renováveis, mas também promovê-lo activamente, impedindo que sejam discriminados ou que tenham de enfrentar procedimentos ou encargos desproporcionados. Os regimes de apoio que promovam a produção própria de energia devem ser concebidos de forma a chegar a todos os consumidores, em particular, àqueles com menos recursos”.*

Carlos Zorrinho (S&D) *“Senhor Presidente, Caros Colegas e Senhores Comissários, apostar na energia limpa significa mais qualidade de vida, menos catástrofes e mais sustentabilidade para o planeta.*

Mas não significa apenas isso. Significa também mais segurança, mais desenvolvimento, mais crescimento, mais emprego, mais oportunidades de inovação, melhores condições de vida para os nossos cidadãos e para pormos tecnologias ao seu serviço.

Significa ainda mais possibilidades de combate à pobreza energética na Europa e fora dela e, através desse combate, significa mais saúde, mais educação, mais paz, reduzir as migrações forçadas e os conflitos armados.

Por isso, Srs. Comissários e caros Colegas, este pacote legislativo tem uma linha vermelha para ser credível.

Aquilo que for aprovado aqui no Parlamento Europeu e fechado depois com o Conselho Europeu tem que estar em linha com os compromissos assumidos com o Acordo de Paris. Era impensável que assim não sucedesse. Seria uma irresponsabilidade total tomarmos uma posição diferente.

Saúdo o caminho construtivo e positivo que percorremos no Parlamento Europeu. Espero que as votações de quarta-feira confirmem e validem o intenso trabalho que desenvolvemos.

Manifesto, também, o meu orgulho pela capacidade que o meu País - Portugal - tem tido de se manter na primeira linha deste processo. O incremento das interconexões, até pelo menos 15% até 2030, permitirá a Portugal e a outros países prosseguirem o caminho traçado.

Srs. Comissários, caros Colegas, estamos no limiar de uma nova era científica e tecnológica. E na energia a União Europeia tem sabido estar sempre na linha da frente. E é nesse caminho que temos que continuar”.

João Ferreira (CEUE/EVN) *“Senhor Presidente, mais limpa ou mais suja, mais verde ou mais cinzenta, a chamada «União da Energia» não significa senão o grande e liberalizado mercado único europeu da energia.*

As suas consequências não serão diferentes do que aconteceu noutros sectores liberalizados: a concentração monopolista à escala europeia, beneficiando os oligopólios da energia e prejudicando os consumidores, em especial os mais vulneráveis.

Para nós, a energia deve ser vista como um bem público.

O controlo público, democrático, do sector energético é, por isso, um pré-requisito para assegurar a sua sustentabilidade, com a necessária mudança de paradigma assente na elevada dependência face aos combustíveis fósseis e em insustentáveis fluxos de energia e de matéria para a satisfação das necessidades básicas da Humanidade, mas também para assegurar que ninguém fica excluído do acesso a este bem essencial, combatendo a pobreza energética.

Intervimos neste processo, defendendo a necessidade de objetivos ambiciosos, quer no que se refere à eficiência energética, quer às renováveis, no quadro do respeito das soberanias nacionais sobre este sector estratégico e da necessária rutura com um modo de produção que é fundamentalmente insustentável e irracional”.

A UE precisa aumentar a sua resiliência à propaganda russa, dizem os deputados

Os Deputados Europeus fizeram soar o alarme sobre a influência da propaganda russa nos países da UE e sugeriram o fortalecimento de uma equipa de comunicação estratégica da UE, num debate no Parlamento Europeu.

As fugas de informação orquestradas pelo Kremlin, as notícias falsas, as campanhas de desinformação e os ataques cibernéticos contra a UE e seus Estados-Membros aumentaram desde a guerra na Ucrânia, ressaltaram os deputados num debate com Comissário da União da Segurança, Sir Julian King. Destacaram a intromissão russa no Brexit, mas também nas recentes eleições na França, Alemanha e Espanha.

Os deputados lamentaram a resposta limitada da UE, observando que a pequena equipa de comunicação estratégica da UE, composta por 14 pessoas, tem-se esforçado para neutralizar as ferramentas de propaganda russa, como o Sputnik ou o Rússia Today, que contam com o apoio de biliões (milhares de milhões) de euros.

Para melhorar a resiliência da UE a estas ferramentas, os Deputados Europeus pediram medidas para melhorar a alfabetização mediática, aumentar a consciencialização, promover o jornalismo independente e de investigação e rever a directiva audiovisual da UE, a fim de obrigar os reguladores nacionais a aplicar tolerância zero ao discurso de ódio.

Sublinham igualmente a necessidade de melhorar a transparência da propriedade dos órgãos de comunicação social, do financiamento dos partidos políticos e das suas campanhas. Como as redes sociais se estão a tornar a principal fonte de notícias para muitos, devem respeitar as mesmas regras que os outros media, acrescentaram alguns deputados.

O Comissário King referiu que a doutrina militar russa e os seus generais consideram os dados falsos e a propaganda desestabilizadora uma ferramenta legítima das forças armadas. O Comissário agradeceu as sugestões dos deputados para fortalecer a equipe de comunicação estratégica da UE e disse que a Comissão apresentará uma estratégia sobre notícias falsas na primavera.

Melhor proteção para crianças em disputas internacionais de divórcio

Os Deputados colocaram as crianças no centro das suas preocupações, ao adoptarem as suas propostas para mudar as leis da UE sobre a resolução de disputas internacionais de divórcio.

Embora reconhecendo a qualidade das propostas da Comissão para melhorar a regulamentação em vigor, os deputados propõem o fortalecimento dos direitos das crianças em todo o processo de resolução de litígios entre o casal divorciado. Isso significaria, nomeadamente, garantir que a criança tenha o direito de expressar a sua opinião, o que será obtido por meio de um procedimento claro, sem exercer pressão sobre a criança e por um entrevistador experiente especialmente treinado.

Se uma criança é raptada para outro país da UE por um dos seus pais, os deputados propõem que o assunto deve ser tratado por juízes de família experientes, de modo a assegurar que para assegurar que os interesses da criança são prioritários.

Abrindo o debate sobre o tema na quarta-feira, o relator do Parlamento Tadeusz Zwiefka (EPP, PL) dedicou sua intervenção a realçar a importância da dimensão infantil.

"A criança é o elo mais fraco nas disputas entre os pais e, portanto, precisa de toda a proteção que lhe possamos dar. Nomeadamente, a audiência da criança é uma questão fundamental que merece disposições detalhadas ", afirmou.

Os deputados também querem melhorar a partilha de informações e a cooperação entre as autoridades judiciais dos Estados- Membros.

O relatório do Parlamento foi aprovado por 562 a 16 e 43 abstenções. O Relatório será agora transmitido ao Conselho, que é responsável por tomar a decisão final.

A Comissão estima que existam 16 milhões de famílias internacionais na UE e fixa o número de divórcios internacionais na UE em cerca de 140 000 por ano. Existem cerca de 1.800 sequestros de crianças por país na UE a cada ano.

O Parlamento Europeu tem um Mediador para o rapto parental internacional de crianças, que é atualmente ocupado por Elisabeth Morin-Chartier.

Intervenções de Eurodeputados Portugueses:

Carlos Coelho (PPE) *"Graças ao projeto de integração europeu, nomeadamente à cidadania europeia, existem hoje milhões de europeus que vivem num Estado-Membro diferente da sua nacionalidade e milhões de casais com duas nacionalidades. Devido a esta mudança das nossas sociedades, a Comissão, e bem, propôs afinar o enquadramento jurídico das matérias de natureza transnacional relativas ao matrimónio (em que se inclui também o divórcio) e às crianças (onde se incluem as responsabilidades parentais). Das várias alterações à proposta original feitas pelo relator, saliente-se as que se centram na defesa do melhor interesse da criança em situações como o rapto parental. Infelizmente, a dimensão europeia desta tem vindo a aumentar obrigando, também por isso, à adaptação dos instrumentos supranacionais. No mesmo sentido, aliás, a terceira reforma do Sistema de Informação Schengen - cujas negociações estão em curso e de que sou o Relator no PE - também reforça as medidas de prevenção e combate ao rapto de crianças pelos progenitores. Assim, apoio este relatório".*

Ordem do dia 15 a 18 Janeiro de 2018

► Segunda-feira, 15 de Janeiro

17:00 - 23:00

Reinício da sessão e ordem de trabalhos

Debate conjunto - Energia limpa

Promoção da utilização de energia proveniente de fontes renováveis (reformulação) - *Relatório: José Blanco López (A8-0392/2017)*

Eficiência energética - *Relatório: Miroslav Poche (A8-0391/2017)*

Governança da União da Energia - *Relatório: Michèle Rivasi, Claude Turmes (A8-0402/2017)*

Conservação dos recursos haliêuticos e proteção dos ecossistemas marinhos através de medidas técnicas - *Relatório: Gabriel Mato (A8-0381/2017)*

Medidas de gestão, de conservação e de controlo aplicáveis na área da Convenção da Organização Regional de Gestão das Pescas do Pacífico Sul (SPRFMO) - *Relatório: Linnéa Engström (A8-0377/2017)*

Execução das estratégias macrorregionais da UE - *Relatório: Andrea Cozzolino (A8-0389/2017)*

Aplicação do Regulamento (UE) n.º 2015/1839 no que respeita a medidas específicas para a Grécia - *Pergunta oral (O-000100/2017 - B8-0001/2018)*

Breve apresentação dos seguintes relatórios:

Governança internacional dos oceanos: uma agenda para o futuro dos nossos oceanos no contexto dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para 2030 - *Relatório: José Inácio Faria (A8-0399/2017)*

Mulheres, igualdade de género e justiça climática - *Relatório: Linnéa Engström (A8-0403/2017)*

Intervenções de um minuto (artigo 163.º do Regimento)

► Terça-feira, 16 de Janeiro

09:00 - 11:50

Revisão da Presidência estónia do Conselho - *Declarações do Conselho e da Comissão*

Conclusões da reunião do Conselho Europeu de 14 e 15 de dezembro de 2017 - *Declarações do Conselho Europeu e da Comissão*

12:00 - 14:00 VOTAÇÃO

Medidas de gestão, de conservação e de controlo aplicáveis na área da Convenção da Organização Regional de Gestão das Pescas do Pacífico Sul (SPRFMO) - *Relatório: Linnéa Engström (A8-0377/2017)*

Execução das estratégias macrorregionais da UE - *Relatório: Andrea Cozzolino (A8-0389/2017)*

Conservação dos recursos haliêuticos e proteção dos ecossistemas marinhos através de medidas técnicas - *Relatório: Gabriel Mato (A8-0381/2017)*

Governança internacional dos oceanos: uma agenda para o futuro dos nossos oceanos no contexto dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para 2030 - *Relatório: José Inácio Faria (A8-0399/2017)*

Mulheres, igualdade de género e justiça climática - *Relatório: Linnéa Engström (A8-0403/2017)*

15:00 - 23:00

Apoio da UE ao processo de paz na Colômbia - *Declaração da Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança*

Situação no Irão - *Declaração da Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança*

Situação no Quênia - *Declaração da Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança*

Controlo das exportações, transferências, corretagem, assistência técnica e trânsito de produtos de dupla utilização - *Relatório: Klaus Buchner (A8-0390/2017)*
Capítulos relativos ao comércio e ao desenvolvimento sustentável nos acordos comerciais da UE - *Pergunta oral (O-000098/2017 - B8-0617/2017)*

► **Quarta-feira, 17 de Janeiro**

09:00 - 10:30 DEBATE PRIORITÁRIO

Apresentação das prioridades da Presidência búlgara do Conselho - *Declarações do Conselho e da Comissão*

10:30 - 12:30 DEBATE PRIORITÁRIO

Debate com o Primeiro-Ministro da Irlanda, Leo Eric Varadkar, sobre o Futuro da Europa

12:30 - 14:30 VOTAÇÃO

Controlo das exportações, transferências, corretagem, assistência técnica e trânsito de produtos de dupla utilização - *Relatório: Klaus Buchner (A8-0390/2017)*

Nomeação de um membro do Tribunal de Contas - Eva Lindström - *Relatório: Indrek Tarand (A8-0003/2018)*

Nomeação de um membro do Tribunal de Contas - Tony James Murphy - *Relatório: Indrek Tarand (A8-0002/2018)*

Promoção da utilização de energia proveniente de fontes renováveis (reformulação) - *Relatório: José Blanco López (A8-0392/2017)*

Eficiência energética - *Relatório: Miroslav Poche (A8-0391/2017)* 7

Governança da União da Energia - *Relatório: Michèle Rivasi, Claude Turmes (A8-0402/2017)*

15:00 - 23:00

Rússia: a influência da propaganda nos países da UE - *Debate sobre temas de atualidade (artigo 153.º-A do Regimento)*

Execução da Iniciativa para o Emprego dos Jovens nos Estados-Membros - *Relatório: Romana Tomc (A8-0406/2017)*

Decisão sobre a estratégia para os plásticos - *Declaração da Comissão*

Competência, reconhecimento e execução de decisões em matéria matrimonial e em matéria de responsabilidade parental, e rapto internacional de crianças - *Relatório: Tadeusz Zwiefka (A8-0388/2017)*

Celebração, em nome da União Europeia, do Tratado de Marraquexe para facilitar o acesso a obras publicadas por parte das pessoas cegas, com deficiência visual ou com outras dificuldades de acesso a textos impressos - *Recomendação: Max Andersson (A8-0400/2017)*

Luta contra o tráfico de mulheres e raparigas para fins de exploração sexual e laboral na UE - *Pergunta oral (O-000094/2017 - B8-0616/2017)*

Ano Europeu do Património Cultural 2018 - *Declaração da Comissão*

► **Quinta-feira, 18 de Janeiro**

09:00 - 11:50

Aplicação da Diretiva 2005/36/CE no que diz respeito à regulamentação e à necessidade de reforma dos serviços profissionais - *Relatório: Nicola Danti (A8-0401/2017)*

Debates sobre casos de violação dos direitos humanos, da democracia e do primado do direito (artigo 135.º do Regimento)

Nigéria

Os casos dos ativistas dos direitos humanos Wu Gan, Xie Yang, Lee Ming-cheh, Tashi Wangchuk e o monge tibetano Choekyi

República Democrática do Congo

12:00 - 14:00 VOTAÇÃO

Propostas de resolução relativas ao debate sobre casos de violação dos direitos humanos, da democracia e do primado do direito (artigo 135.º do Regimento)

Celebração, em nome da União Europeia, do Tratado de Marraquexe para facilitar o acesso a obras publicadas por parte das pessoas cegas, com deficiência visual ou com outras dificuldades de acesso a textos impressos - *Recomendação: Max Andersson (A8-0400/2017)*
Competência, reconhecimento e execução de decisões em matéria matrimonial e em matéria de responsabilidade parental, e rapto internacional de crianças - *Relatório: Tadeusz Zwiefka (A8-0388/2017)* 1

Execução da Iniciativa para o Emprego dos Jovens nos Estados-Membros - *Relatório: Romana Tomc (A8-0406/2017)*

Aplicação da Diretiva 2005/36/CE no que diz respeito à regulamentação e à necessidade de reforma dos serviços profissionais - *Relatório: Nicola Danti (A8-0401/2017)*

15:00 - 16:00

Interpeleções extensas (Artigo 130.º-B do Regimento)

O-000077/2017